



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 18/03/2024 14:08:59.017 - CLP

REQ n.18/2024

## Comissão de Legislação Participativa (CLP)

REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_, de 2024

( Sr. Glauber Braga)

*Requer a realização de audiência pública para discutir os impactos negativos e a utilização da lei 13.954/19, como barganha do golpe contra as liberdades democráticas.*

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir acerca dos impactos negativos para as Praças das Forças Armada e utilização da lei nº 13.954/19, como barganha para prática do Golpe de Estado. Para tanto, sugerem-se os seguintes convidados:

1. **Carlos Roberto Lupi**– Ministro da Previdência Social;
2. **Representante da OIT no Brasil**;
3. **Jairo Piloto** – Advogado Especialista em Direito Público e Direito Militar;
4. **Bruno Araújo** – Advogado especialista em Direito Militar; e
5. **George Brito** – Representante do Sindicato dos Militares Reformados.

### JUSTIFICAÇÃO

O governo de Jair Bolsonaro, um desastre sem precedentes desde a redemocratização, aprofundou desigualdades em basicamente todos os setores da sociedade. Nem mesmo entre os militares, público destinatário de diversas benesses durante os últimos quatro anos, o tratamento foi igualitário.

Enquanto as altas patentes das Forças Armadas foram agraciadas com cargos e diversos benefícios, o que levou o último governo a ser o que mais possuía militares em



Palácio do Congresso Nacional  
Câmara dos Deputados

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246265518200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 18/03/2024 14:08:59.017 - CLP

REQ n.18/2024

cargos civis, os militares de menor graduação e os temporários foram severamente prejudicados, fundamentalmente a partir da reforma do sistema de proteção promovida pelo governo Bolsonaro.

Em dezembro de 2019, entrou em vigor a Lei nº 13.954/2019 que altera diversos dispositivos que, dentre outras coisas, regulam o sistema de previdência dos militares. De acordo com a lei, há aumento de alíquota de contribuição, redução no rol de dependentes e dificuldades no reconhecimento dos cursos realizados.

Tais consequências são principalmente sentidas pelos militares temporários e por pensionistas. Portanto, diante deste contexto, torna-se fundamental a discussão sobre a Lei nº 13.954/2019, tendo em vista a possibilidade de estar vinculada aos atos preparatórios do golpe antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Sendo assim, considerando a importância da temática, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de de 2024.

Deputado **GLAUBER BRAGA**  
PSOL/RJ



*Palácio do Congresso Nacional  
Câmara dos Deputados*

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246265518200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga

